

# OAB-RS faz ato público para ‘resgatar credibilidade do STF’

Senado Federal também foi alvo de críticas da entidade gaúcha

/STF

Cássio Fonseca  
cassiof@jcrs.com.br

Diante do que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio Grande do Sul (OAB-RS), Leonardo Lamachia, classifica como uma “crise de credibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF)”, a entidade realizou, na manhã de ontem, um ato público denominado “O STF Precisa Mudar”, em sua sede em Porto Alegre. A iniciativa propõe, através de uma carta aberta à sociedade gaúcha, oito medidas para “resgatar a plena credibilidade do Supremo, que teve, tem e continuará tendo um papel imprescindível na manutenção e na defesa da democracia, mas que precisa mudar”, conforme Lamachia.

Entre as mudanças, estão o fechamento dos inquéritos abertos por ofício, o direito da sustentação oral dos advogados e do pleno acesso aos processos, o fim do sigilo sobre o processo do Banco Master e a fixação de mandatos para os integrantes do STF, dentre outras. As propostas indicam, ainda, que é preciso discutir o ativismo judicial, ou seja, quando o Supremo toma decisões que são de outros poderes, na compreensão dos advogados.

Lamachia também subiu o tom frente ao Senado, que, em suas palavras, foi “omissão e não cumpriu com seu papel de fiscalização” diante das ações da Corte. “Se tivéssemos tido cuidado com os excessos de exposição midiática de alguns ministros, incompatíveis com a Lei Orgânica da Magistratura, quem sabe teríamos uma situação diferente”.

O documento será encaminhado ao Conselho Federal da OAB para que haja um debate naquele plenário e, caso o próprio entenda como pertinente, encaminhe ao STF. Outro movimento recente foi da OAB de São Paulo, que entregou ao Supremo a proposta de um Código de Ética para os ministros. A entidade gaúcha se coloca a favor da ideia, mas entende que isso é o mínimo, porque não resolve os outros aspectos referidos ontem.

Vale ressaltar que o ato é estritamente gaúcho e não envolve outras OABs. Ainda assim, se o movimento, de forma orgânica, se nacionalizar e outras seccionais aderirem, contará com o apoio da entidade.



Presidente Leonardo Lamachia firmou carta aberta à sociedade

## Confira na íntegra as propostas

### Devido Processo legal

1. Encerramento imediato dos inquéritos abertos de ofício e/ou a remessa, às instâncias competentes, dos referidos inquéritos, ante a inequívoca afronta ao devido processo legal;

### Respeito à Loman e liturgia do cargo

2. Afastamento dos ministros da exposição midiática, especialmente quando houver relação direta ou indireta com processos em tramitação na Corte e não produção de manifestações políticas partidárias, preservando-se a imparcialidade, a sobriedade e a autoridade do cargo, em observância ao que determina a Lei Orgânica da Magistratura;

### Ativismo judicial

3. Discussão para alterar a legislação que rege as ADPFs e as ADIs, com vistas à contenção do ativismo judicial, de modo que o STF se restrinja à análise da constitucionalidade das leis, respeitando os limites de sua competência, a separação e harmonia dos Poderes;

### Transparência e isenção

4. Retirada imediata do sigilo do processo envolvendo o Banco Master;

### Mandatos para integrantes do tribunal

5. Proposição, pelo próprio STF ou pelo Senado, de mudanças no modelo de indicação de seus ministros, bem como a instituição de mandatos, como forma de mitigação do poder concentrado e demonstração de compromisso com o futuro e com o aperfeiçoamento da Justiça brasileira;

### Código de Conduta

6. Revisão urgente da decisão que admite a atuação de parentes de ministros nos Tribunais Superiores, acompanhada da adoção de um Código de Conduta, sem prejuízo do dever ético que deve nortear a magistratura independentemente de normas escritas;

### Fim do abuso de decisões monocráticas

7. Reafirmação da colegialidade como regra, especialmente no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade, com a necessária limitação legal dessas decisões excepcionais;

### Fim das restrições a sustentação oral

8. Revisão imediata do Regimento Interno do STF, para que as sessões presenciais sejam a regra e o Plenário Virtual uma exceção, condicionada à concordância das partes e sem qualquer restrição ao exercício da sustentação oral.

O que está em jogo transcende ideologias, governos ou ciclos eleitorais. Está em risco o próprio Sistema de Justiça, os direitos fundamentais da cidadania, as prerrogativas da advocacia e a credibilidade do Poder Judiciário – pilar essencial da democracia e última trincheira do cidadão diante da violação de seus direitos.

Os milhares de magistrados sérios, independentes, comprometidos e imparciais merecem essa reconstrução. A advocacia, que dá voz ao cidadão, exige essa mudança. E a sociedade, que sustenta o Estado e suas instituições, não pode mais esperar.



Repórter Brasília  
Edgar Lisboa  
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Privilégios abrem ano no Congresso

O ano legislativo começou sob forte tensão no Congresso Nacional. Da tribuna da Câmara, o deputado federal Kim Kataguiri (União-SP) classificou como “muito ruim” a forma como Câmara e Senado iniciam os trabalhos. Segundo ele, “enquanto o País enfrenta restrições fiscais e cobra responsabilidade do Estado, o Parlamento segue ampliando despesas, criando cargos e preservando privilégios”.

## Privilégios avançam, reforma não

O deputado criticou a aprovação de projetos que, somados, elevam os gastos públicos em cerca de R\$ 5 bilhões. O pacote inclui a manutenção dos supersalários, a criação de aproximadamente 18 mil novos cargos e reajustes no Legislativo com margem para remunerações acima do teto constitucional.

## Cortes evitados e benefícios preservados

O parlamentar acusou o Congresso de resistir a qualquer tentativa de reduzir benefícios internos. Citou a recusa em discutir o corte da cota parlamentar, o uso de carros oficiais, o auxílio-gasolina e o auxílio-mudança, pago a deputados reeleitos. Também criticou o volume das emendas parlamentares, que classificou como um “sequestro” de cerca de R\$ 50 bilhões do Orçamento. Para Kataguiri, “o Parlamento ultrapassou suas atribuições ao assumir a execução do Orçamento”.

## Desgaste da imagem política

O deputado federal também criticou a paralisação das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Lembrou que não há CPI instalada na Câmara, inclusive uma proposta para investigar o tráfico de crack, parada há dois anos. No Senado, citou a ausência de sinalização do presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), para instalar a CPMI do Banco Master. Ao final, fez uma autocrítica severa à classe política, afirmando que “a má imagem do Parlamento não é injusta”.

## Defesa da educação e criação de cargos

Na contramão das críticas, a deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT, foto), defendeu os projetos que criam novos cargos, destacando o papel estratégico da educação pública. Segundo ela, “institutos federais e universidades públicas são essenciais para garantir soberania, inovação e inclusão social”.

BRUNO SPADA/AGÊNCIA CÂMARA/C



## PT se descola do debate sobre privilégios

Após a aprovação do reajuste dos servidores do Legislativo, o presidente nacional do PT, Edinho Silva, afirmou que o partido é contrário a medidas que ampliem privilégios. Segundo ele, “iniciativas que afastam a política da realidade da população, aprofundam o descrédito institucional”.

## Alerta para desequilíbrio fiscal

O consultor de macroeconomia Raul Veloso avaliou que os projetos aprovados criam distorções graves nas contas públicas. Na visão dele, “as novas regras permitem pagamentos acima do teto constitucional e instituem benefícios que podem dobrar a remuneração do alto escalão do Legislativo”.

## Rombo fiscal e efeito cascata

Veloso lembrou que o presidente da Câmara, deputado federal Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu que os vencimentos podem ultrapassar o teto. Para o economista, o problema se agrava diante do rombo fiscal anunciado e pode gerar efeito cascata em outras carreiras do serviço público.